

Senhora Tanako Doi
Presidente da Dieta Japonesa

Saúdo, em minha Senhora, uma pessoa já familiar na boca dos resistentes de Timor-este. Receba, assim, a expressão de respeito, de confiança e de amizade dos meus queridos filhos.

Saúdo, por outro lado, na sua qualidade de Presidente da Dieta Japonesa, o Povo Japonês e, em especial, a Solidariedade Japonesa.

Ilustre Senhora, o Povo Japonês e o Povo Maubere não podem riscar das suas memórias, como factos da história, uma lembrança dos anos 40, na qual o primeiro não teve responsabilidades e o segundo foi vítima de uma ocupação de 3 anos. Hoje, o Povo Japonês, por responsabilidades morais, e o Povo Maubere, por ser de novo vítima de 18 anos e meio de ocupação militar indonésia, estão como que mutuamente relacionados na busca da paz para Timor-este. Assim o demonstra a Solidariedade Japonesa, de quem recebemos e continuamos a pedir um maior reforço na pressão ao governo de Tóquio, no sentido de prestar uma maior atenção ao caso de Timor-este.

A sua distinta presença, minha Senhora, enquanto Presidente da Dieta Japonesa e como velha amiga do Povo Maubere, em prestará à Conferência uma tonalidade mais regional ao debate, pois cremos que o Ásia e o Pacífico bem necessitam de se compenetrar da questão dos Direitos Humanos.

O problema da violação dos Direitos Humanos em Timor-este, como todos sabemos, tem a sua base na contínua ocupação militar indonésia sobre o território e, por outro lado, encontra a sua explicação na persistente resistência política e militar do Povo Maubere. São os dois componentes inseparáveis da situação em Timor-este, que só uma solução justa pode pôr fim à violação dos Direitos Humanos no território. Lembremo-nos apenas do massacre de 12 de Novembro de 1991, o único que teve o chance de ser filmado, para abrir uma porta do véu de luto que cobre Timor-este.

Uma manifestação pacífica da juventude timorese, reclamando o diálogo para um processo de paz, teve um desfecho de sangue. Uma ostensiva resposta das autoridades militares de ocupação à presença em Dili do "reporter" especial da ONU que, dizia-se, ia investigar casos de violação dos Direitos Humanos em Timor-este. Hoje, ministro, o Sr. Peter Koijmans revela quão 'especial' ele foi...

Em Marco findo, na Comissão dos DTT em Genebra, Jacarta comprometeu-se a deixar entrar equipas de investigação, tanto da ONU como independentes, em Timor-Leste.

Pela experiência, prevemos que, como tantas outras vezes, o governo indonésio oferecerá um "tour" programado a esses grupos de investigação, caso forem, com recepções e ofertas para garantir uma visão do "progresso, bem-estar e felicidade" dos milhares de transmigrantes indonésios em Timor-Leste, um fictício desenvolvimento erigido sobre os cadáveres de mais de duzentos mil timorenses e um ilustre bem-estar que pretende esconder o dis-à-dia amargo das perseguições, prisões, torturas e massacres, que afecta o Povo Maubere.

Um dos grandes esforços do governo colonial de Jacarta é fornecer imagens e estatísticas pretendendo, com isso, revelar diferenças entre os 400 anos sob o domínio português e os 18 anos e meio do cruel domínio indonésio.

Todo o desenvolvimento que se ergue à custa da usurpação dos direitos é alienatório por excelência, porque apenas serve de fachada para encobrir a repressão, além de que nunca o desenvolvimento físico de um território se pode sobrepor à liberdade, à justiça e aos direitos mais elementares do Homem.

Sabemos que a região da Ásia e especialmente a Indonésia, representam muito, economicamente, para os países industrializados. Japão é o maior dos donos da Indonésia. Contudo, Japão começa a dar sinais de uma maior atenção ao problema dos Direitos Humanos e, segundo entendido, é ela uma consequência também da globalização.

Globalização prescreve, para leigos como eu, como princípio, que a Humanidade alcançou um tal estágio, em que nenhum país hoje se pode dar ao luxo do isolacionismo, se pretende avançar, e que todos os aspectos, que concernem aos princípios e padrões (tornados) universais, estão "intimamente" ligados com o desenvolvimento económico e sistemas políticos.

A Indonésia, confiante das suas potencialidades económicas, garantia-se, no mínimo, do silêncio cúmplice dos países desenvolvidos que sobrepujam os seus interesses económicos à defesa dos direitos do Povo de uma meio-ilha, pobre e indefeso.

O movimento pela democracia na Ásia já deu os seus preliminares passos. Contudo, factos vêm provando que ainda subsiste um proporcional fechar de olhos à contínua violação dos Direitos Humanos nalgumas partes da Região, inclusive em Timor-Leste. E isto foi sempre e apenas para salvaguardar as boas relações económicas ou de outra

ordem, com a Indonésia. Jakarta foi suficientemente arrogante, durante 18 anos e meio, a fazer alarde das diferenças culturais entre a Indonésia e as concepções universais do Direito, da Justiça e da Liberdade. Espantosamente, países como a Austrália, ficam convencidos da diferença, convencidos de que têm que respeitar a diferença de uma cultura, a indonésia, que permite perseguir, prender indiscriminadamente, torturar selvaticamente e massacrar a população de Timor-Leste.

Esta Conferência, ao ter lugar em Manila, permitirá que a Região da Ásia e Pacífico esteja a par do brutal genocídio, físico e cultural, praticado em Timor-Leste, há 18 anos e meio e se horrorize com a atitude de um governo do país co-fundador e que detém actualmente a Presidência do Movimento dos Não-Alinhados.

Sabemos que a próxima reunião da APEC se realizará na Indonésia. Sabemos que, mais uma vez, as perspectivas económicas serão mais poderosas que o destino de pouco mais de meio-milhão de habitantes de Timor-Leste.

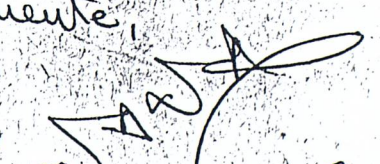
É este o dilema da defesa dos Direitos Humanos, em geral, e o caso de Timor-Leste, em particular.

Sob os auspícios do Senhor Sec-Geral da ONU, o caso de Timor-Leste ganhou um novo lance. Foi sempre o que defendemos, pela interpretação do espírito e da letra da Resolução 37/30, da A-G das Nações Unidas, de Dez.82.

Para que, na verdade, cesse a violação dos DH em Timor-Leste, é necessário que Jakarta manifeste na prática a sua boa-vontade política e não tente arriar e muito menos manipular os acordos, como sempre tem feito, com má-fé. Da Indonésia, dependerá o fim da violação dos DH em Timor-Leste, mas a toda a Região pertencerá persuadir Jakarta a considerar e a reconhecer que cometeu muitos crimes em Timor-Leste.

Temos confiança, minha Senhora, que a sua mensagem à Região seja um ponto de reflexão que incentive preocupações quanto ao problema da sistemática violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste.

Sinceramente,


KAY RAUL LAVANHA GUSTÃO
Membro do CPTI
Coord. das FALINTIL

Da prisão de Cipinang/Jakarta, 15. Maio 1994